



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 453/26

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.
- Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas e dá outras providências.
- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, assegurando à criança e ao adolescente o direito à educação e ao pleno desenvolvimento.
- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo a educação especial, o atendimento educacional especializado e a garantia de condições de acesso, permanência e aprendizagem.
- Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
- Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.
- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.
- Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência,



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

assegurando sistema educacional inclusivo e medidas de apoio à aprendizagem.

- Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

- Lei Federal nº 13.699, de 2 de agosto de 2018, que altera o Estatuto da Cidade para instituir diretriz de política urbana voltada à acessibilidade.

- Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

- Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública.

- Lei Federal nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre a educação bilíngue de surdos.

- Lei Federal nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH ou outro transtorno de aprendizagem.

- Constituição do Estado de São Paulo.

- Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

- Lei Estadual nº 10.294, de 20 de abril de 1999, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo.

- Lei Estadual nº 10.891, de 20 de setembro de 2001, que autoriza o Poder Executivo a implantar assistência psicológica e psicopedagógica em todos os estabelecimentos de ensino básico público, com o objetivo de diagnosticar e prevenir problemas de aprendizagem.

- Lei Estadual nº 12.907, de 1º de abril de 2008, que assegura o direito de matrícula de alunos com deficiência na rede regular de ensino.

- Lei Estadual nº 15.830, de 15 de junho de 2015, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Estadual nº 16.279, de 8 de julho de 2016, que aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências, contemplando educação inclusiva, atendimento educacional especializado, acompanhamento individualizado e centros multidisciplinares de apoio.
- Lei Estadual nº 16.756, de 8 de junho de 2018, que dispõe sobre a inserção do símbolo mundial da conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista nas placas de atendimento prioritário.
- Lei Estadual nº 17.759, de 20 de setembro de 2023, que dispõe sobre o Protocolo Individualizado de Avaliação – PIA para os alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento, incluindo-se o Transtorno do Espectro Autista – TEA, nas instituições de ensino de todo o Estado.
- Lei Estadual nº 17.897, de 9 de abril de 2024, que consolida a legislação paulista relativa à pessoa com deficiência.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, especialmente os arts. 221 e seguintes.
- Lei Municipal nº 11.315, de 21 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente – CMPD.
- Lei Municipal nº 11.326, de 30 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.
- Lei Municipal nº 11.345, de 14 de abril de 1993, que dispõe sobre a adequação dos edifícios de uso público às pessoas com deficiência.
- Lei Municipal nº 13.714, de 7 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a implantação de equipamentos de telefonia destinados às pessoas com deficiência auditiva e da fala.
- Lei Municipal nº 14.141, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal.
- Lei Municipal nº 14.408, de 22 de maio de 2007, que institui serviço de atendimento e informação às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Lei Municipal nº 14.640, de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a flexibilização da jornada de trabalho de servidores responsáveis por pessoas com deficiência.
- Lei Municipal nº 15.096, de 5 de janeiro de 2010, que institui a Política Municipal para a População com Deficiência.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 15.409, de 11 de julho de 2011, que estabelece diretrizes da Política Municipal de Atendimento às Pessoas com Transtorno Invasivo do Desenvolvimento – Autismo.
- Lei Municipal nº 15.719, de 24 de abril de 2013, que dispõe sobre a implantação de assistência psicopedagógica em toda a Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem, tendo como enfoque o educando e as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Lei Municipal nº 15.960, de 8 de janeiro de 2014, que institui o Serviço de Assistência Psicológica ao Estudante na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.101, de 8 de janeiro de 2015, que institui a Semana Municipal de Conscientização do Autismo.
- Lei Municipal nº 16.380, de 1º de fevereiro de 2016, que institui a Política Municipal de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência.
- Lei Municipal nº 17.502, de 3 de novembro de 2020, que dispõe sobre a política pública municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista e seus familiares.
- Lei Municipal nº 17.534, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre a reestruturação e organização do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.
- Lei Municipal nº 17.572, de 24 de junho de 2021, que dispõe sobre o uso de faixas exclusivas e corredores de ônibus por táxis.
- Lei Municipal nº 17.589, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre atendimento específico às mulheres com deficiência na rede municipal de saúde.
- Lei Municipal nº 17.695, de 22 de outubro de 2021, que institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA.
- Lei Municipal nº 17.761, de 23 de março de 2022, que institui o Dia Municipal do Autista.
- Lei Municipal nº 17.872, de 28 de dezembro de 2022, que institui o Programa de Atendimento Educacional Especializado.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 18.078, de 11 de janeiro de 2024, que obriga a aplicação do questionário M-CHAT para rastreamento precoce do autismo.
- Lei Municipal nº 18.106, de 26 de abril de 2024, que altera a Lei nº 17.502/2020 para autorizar capacitação técnica de servidores no atendimento às pessoas com TEA.
- Lei Municipal nº 18.132, de 17 de junho de 2024, que altera a Lei nº 15.096/2010 para incluir pessoas com TEA no Programa Censo-Inclusão.
- Lei Municipal nº 18.213, de 27 de dezembro de 2024, que denomina o Centro Municipal para Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo Dra. Marina Magro Beringhs Martinez.
- Lei Municipal nº 18.224, de 9 de janeiro de 2025, que assegura atendimento em Libras nas instituições públicas municipais.

Projeto de Lei nº 242/2019 — Dispõe, no âmbito do Município de São Paulo, sobre a criação de clínicas-escolas para autistas e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 184/2024 — Torna obrigatória a instalação de sala de aula multissensorial nas escolas da Rede Municipal de Ensino Básico — Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio — para crianças e jovens com deficiência intelectual e/ou múltipla, bem como com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 228/2024 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições educacionais públicas e privadas concederem condições especiais para acesso e formação de pessoas com deficiência intelectual, bem como daquelas com condições conhecidas como neuroatípicas, denominada Lei Davi Vilarino, e fixa outras providências.

Projeto de Lei nº 750/2024 — Dispõe sobre a criação do Centro de Saúde Mental e Diversidade Escolar (CSMDE) nas instituições de ensino público, dando ainda outras providências.

Projeto de Lei nº 333/2025 — Dispõe sobre a inclusão educacional de estudantes com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e transtornos do neurodesenvolvimento segundo o DSM-5, estabelecendo medidas para sua implementação, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 394/2025 — Dispõe sobre a Educação Especial e Inclusiva para o atendimento de educandos com transtornos do neurodesenvolvimento no Município de São Paulo e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Projeto de Lei nº 870/2025 — Dispõe sobre o atendimento integral à pessoa com deficiência na Rede Pública Municipal de Ensino e estende os benefícios da educação especial aos alunos com deficiência matriculados na rede estadual em unidades localizadas no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 919/2025 — Dispõe sobre a instituição da “Rota Inclusiva” no Município de São Paulo, consolidando e ampliando diretrizes para a garantia do acesso prioritário e qualificado a terapias multidisciplinares, a inclusão escolar efetiva, o apoio integral às famílias atípicas e a informação sobre direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências, e institui a coleta de dados para implementação de políticas públicas baseadas em evidências.

Projeto de Lei nº 998/2025 — Autoriza a Prefeitura de São Paulo a fornecer protetores auriculares para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

Projeto de Lei nº 1.045/2025 — Autoriza o Poder Executivo a criar o cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado em Métodos Pedagógicos Relacionados à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, nas unidades educacionais do Município de São Paulo.

Projeto de Lei nº 1.137/2025 — Institui garantias à criança com deficiência e/ou transtornos do neurodesenvolvimento no ambiente escolar do Município de São Paulo.

Projeto de Lei nº 1.351/2025 — Dispõe sobre a criação de salas sensoriais nas escolas municipais da cidade de São Paulo para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições neuroatípicas e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 1.405/2025 — Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Professor de Inclusão Individual, destinado ao atendimento educacional personalizado de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH e outras condições que demandem acompanhamento pedagógico especializado, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 1.442/2025 — Estabelece a obrigatoriedade de programas de formação continuada periódica para os profissionais das unidades de Educação Infantil municipais, contemplando temas relacionados ao neurodesenvolvimento infantil, inclusão, prevenção de violência e práticas pedagógicas atualizadas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Projeto de Lei nº 1.540/2025 — Dispõe sobre o estabelecimento de parceria público-privada com instituições especializadas em alfabetização de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), para oferta de atividades educacionais de extensão e reforço escolar, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 329/2026 — Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Creches Especializadas para Atendimento à Pessoa Neurodivergente no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 441/2026 — Institui o Programa Formação Inclusiva no âmbito do Município de São Paulo, voltado à capacitação de tutores e profissionais da educação para o atendimento de crianças neurodivergentes, por meio de cursos e formações baseados em diferentes metodologias e práticas inclusivas, inclusive Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e/ou outros métodos cientificamente reconhecidos, e dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de tutores nas unidades educacionais da Rede Pública Municipal, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 453/2026 — Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional psicopedagogo nos equipamentos públicos de ensino, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 03 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia

OAB/SP 155.068